

Glauca Wesselovicz
Janaina Cazini
(Organizadoras)

Diálogos sobre Inclusão



Atena
Editora
Ano 2019

Glaucia Wesselovicz
Janaina Cazini
(Organizadoras)

Diálogos sobre Inclusão

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof.^a Dr.^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Dr.^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.^a Dr.^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof.^a Dr.^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D536	Diálogos sobre inclusão [recurso eletrônico] / Organizadoras Glauca Wesselovicz, Janaina Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Diálogos Sobre Inclusão; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-362-0 DOI 10.22533/at.ed.620192805 1. Brasil – Condições sociais. 2. Desenvolvimento social. 3. Integração social. I. Wesselovicz, Glauca. II. Cazini, Janaina. III. Série. CDD 361.2
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

A obra “Diálogos sobre Inclusão” foi concebida para cumprir a função de apresentar conteúdos essencialmente informativos e formativos sobre Inclusão Social e Profissional, direcionado àqueles que precisam compreender as bases – históricas, conceituais, organizacionais e legais dos Direitos Humanos. O volume I apresenta 26 capítulos que abordam os vetores da promoção humana como: Família, Sociedade e Tecnologias.

“Incluir socialmente é dar e garantir condições para que uma pessoa possa, de maneira livre e independente, ter o mesmo acesso que outras aos serviços e benefícios da vida em sociedade. Mas não basta pensar a inclusão social apenas sob a ótica das necessidades e simplesmente criar mecanismos ou facilidades compensatórias aos excluídos. É preciso ir além, mais que uma reforma, é preciso uma revolução no modo como enxergamos o excluído, que não deve ser objeto de pena ou dó e sim de respeito e consideração como ser humano e cidadão que é” (ALMEIDA, 2016)

A Declaração Universal dos Direitos humanos - marco histórico - inspirou as nações para o envolvimento em prol dos movimentos sociais de enfrentamento da discriminação e exclusão social de minorias, tornando-se referência para o desenvolvimento de Pactos e Convenções norteadoras da promoção humana no mundo.

Contudo, nós acreditamos, que esta coletânea irá inspirar e encorajar, Profissionais, Educadores e sociedade em geral a refletir sobre todas as possibilidades que o seu meio social, núcleo familiar e atitudes individuais podem minimizar as desigualdades e promover o desenvolvimento social igualitário.

Glaucia Wesselovicz
Janaína Cazini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL	
Ernny Coêlho Rêgo Marinina Gruska Benevides	
DOI 10.22533/at.ed.6201928051	
CAPÍTULO 2	12
ANALISANDO A PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO HETERONORMATIVA DA MASCULINIDADE	
Arthur Furtado Bogéa Iran de Maria Leitão Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.6201928052	
CAPÍTULO 3	23
O DIREITO À DISCUSSÃO DE TEMÁTICAS PERTINENTES À ESFERA SOCIAL E À PRODUÇÃO DO TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO: UM PROCESSO DE LETRAMENTO ESCOLAR E PRODUÇÃO TEXTUAL NA EJA	
Ferdiramar Farias Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.6201928053	
CAPÍTULO 4	33
O SILÊNCIO: SUTIL LEGITIMIDADE DA VIOLÊNCIA SOBRE A EXISTÊNCIA LÉSBICA	
Mariluce Vieira Chaves	
DOI 10.22533/at.ed.6201928054	
CAPÍTULO 5	44
ALFABETIZAÇÃO E INCLUSÃO: O DIREITO DE APRENDER	
Osiolany da Silva Cavalcanti Gloria Maria de Sousa Leitão Melo	
DOI 10.22533/at.ed.6201928055	
CAPÍTULO 6	52
PERSPECTIVAS E DESAFIOS DO PROCESSO ENSINO/APRENDIZAGEM EM EJA: UM OLHAR SOBRE O QUE DIZEM OS SUJEITOS DA EJA NO MUNICÍPIO DE SOLEDADE-PB	
Edivânia Paula Gomes de Freitas Leandra da Silva Santos Maria José Guerra Meiryllianne Suzy Cruz de Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.6201928056	
CAPÍTULO 7	65
PROGRAMA DE ATENÇÃO E ORIENTAÇÃO AO ALUNO (PROATO): UM OLHAR HUMANIZADO AO ALUNO DO ENSINO SUPERIOR	
Analice Oliveira Fragoso Sheila Carla de Souza Rinaldo Molina	
DOI 10.22533/at.ed.6201928057	

CAPÍTULO 8	73
MULHERES QUE SE DESTACARAM NA HISTÓRIA DA MATEMÁTICA	
Jane Cleide de Almeida Cordeiro	
Kátia Maria de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.6201928058	
CAPÍTULO 9	88
ACESSIBILIDADE ATRAVÉS DA ADAPTAÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA URCA	
Francisca Raquel Miguel de Sousa	
Francisca Nailene Soares Vieira	
Martha Milene Fontenelle Carvalho	
David Soares Vieira	
Rosane Santos Gueudeville	
Isac Vieira Leite	
DOI 10.22533/at.ed.6201928059	
CAPÍTULO 10	97
APLICAÇÃO MÓVEL COLABORATIVA PARA DISSEMINAÇÃO DE SINAIS E INTEGRAÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	
Erika Patrícia Martins Ferreira	
Crysthian Fhylype Ribeiro Marinho	
Eveline de Jesus Viana Sá	
DOI 10.22533/at.ed.62019280510	
CAPÍTULO 11	104
A (RE) CONSTRUÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS PARA O ENSINO DE LIBRAS/L1 NA EDUCAÇÃO DE SURDOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Ana Letícia de Almeida Cordeiro	
Josinete Pessoa Nunes	
Niédja Maria Ferreira de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.62019280511	
CAPÍTULO 12	115
INCLUSÃO DIGITAL - INFORMÁTICA PARA A 3ª IDADE	
Bruna Cristina de Albuquerque Sebold	
Felipe Souza Davies	
Marcelo Nepomoceno Kapp	
DOI 10.22533/at.ed.62019280512	
CAPÍTULO 13	122
JOGOS COOPERATIVOS DE INCLUSÃO BILÍNGUE: ESTRATÉGIAS DE ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL NA ESCOLA DE ENSINO REGULAR PARA ALUNOS COM SURDEZ	
Maria de Lourdes Leite Paiva	
Robéria Vieira Barreto Gomes	
Querem Hapuque Monteiro Alves Muniz	
Raquel Araújo Pompeu	
DOI 10.22533/at.ed.62019280513	

CAPÍTULO 14 133

NUSOEP: NÚMEROS, SÍMBOLOS, OPERAÇÕES E EQUAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU. UM KIT EVOLUTIVO PARA DE MATEMÁTICA PARA DEFICIENTES VISUAIS

Kíssia Carvalho
Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Marcos Antônio Petrucci de Assis
José Nunes Aquino
Luciene do Carmo Santos

DOI 10.22533/at.ed.62019280514

CAPÍTULO 15 144

O USO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS PARA O ENSINO DE ALUNOS SURDOS

Bruna Ismaela Cunha Silva
Thayse Lopes dos Santos
Niédja Maria Ferreira Lima
Conceição de Maria Costa Saúde

DOI 10.22533/at.ed.62019280515

CAPÍTULO 16 152

PROJEÇÃO CILÍNDRICA ORTOGONAL: UMA APRENDIZAGEM EM UM AMBIENTE VIRTUAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA SURDOS

Natana Souza da Rosa
Vania R. Ulbricht

DOI 10.22533/at.ed.62019280516

CAPÍTULO 17 168

QUEM GANHOU O JOGO? ANÁLISE DE UM LIVRO INFANTIL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

Andréa Paula Monteiro de Lima
Dayse Bivar da Silva
José Mawison Cândido de Lima

DOI 10.22533/at.ed.62019280517

CAPÍTULO 18 180

TECNOLOGIA ASSISTIVA DE BAIXO CUSTO COMO COLABORAÇÃO NA ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS COM BAIXA VISÃO

Maria de Lourdes Leite Paiva
Francisca Janaína Dantas Galvão Ozório
Raquel Araújo Pompeu
Robéria Vieira Barreto Gomes
Maria José Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.62019280518

CAPÍTULO 19 191

A CONTRIBUIÇÃO DA FAMÍLIA NO DESVELAR DA CRIANÇA COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NA PROMOÇÃO E FAVORECIMENTO DE PRÁTICAS SOCIAIS E AMBIENTAIS

Dilma Costa Nogueira Dias
Mônica de Nazaré Carvalho
Daniel Sulyvan Santana Dias
Anderson Costa Nogueira

DOI 10.22533/at.ed.62019280519

CAPÍTULO 20	198
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM DESAFIO PARA FAMÍLIA, ESCOLA E EDUCADORES	
Miriam Paulo da Silva Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.62019280520	
CAPÍTULO 21	209
FAMÍLIA E ESCOLA: DESAFIOS À PARTICIPAÇÃO, INCLUSÃO E ACOMPANHAMENTO DA APRENDIZAGEM	
Osicleide de Lima Bezerra	
Geraldo Alexandre de Oliveira Gomes	
Ana Paula Taigy do Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.62019280521	
CAPÍTULO 22	221
O PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NUMA PERSPECTIVA AFETIVA	
Marciel Carlos de Sousa	
Francisco Roberto Diniz Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.62019280522	
CAPÍTULO 23	232
O PROCESSO DE INTERVENÇÃO NO ÂMBITO DO AEE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA COM FOCO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
Acreciana de Sousa Melo	
Fernanda Maria da Silva Cardeal	
Francisca Nailene Soares Vieira	
Martha Milene Fontenelle Carvalho	
Rosani de Lima Domiciano	
Sâmia Maria Lima dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.62019280523	
CAPÍTULO 24	241
PERFIL EDUCACIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ADICTOS ASSISTIDOS PELA SAÚDE MENTAL NA PARAÍBA, BRASIL	
Angélica Vanessa de Andrade Araújo Lira	
Évelyn Morgana de Mélo Alves	
Rayssa Pereira de Souza	
Clésia Oliveira Pachú	
DOI 10.22533/at.ed.620192805224	
CAPÍTULO 25	251
REDE DE APOIO A INCLUSÃO ESCOLAR: O QUE DIZEM AS MÃES DE DUAS CRIANÇAS AUTISTAS	
Camila Pimentel Machado Gonçalves	
Suelene Regina Donola Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.620192805225	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	266

O PROCESSO DE INTERVENÇÃO NO ÂMBITO DO AEE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA COM FOCO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Acreciana de Sousa Melo

Secretaria Municipal de Educação - Crato-CE.

Fernanda Maria da Silva Cardeal

Secretaria Municipal de Educação - Crato-CE.

Francisca Nailene Soares Vieira

Universidade Regional do Cariri – URCA – Crato-CE.

Martha Milene Fontenelle Carvalho

Universidade Regional do Cariri – URCA – Crato-CE.

Rosani de Lima Domiciano

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE – Iguatu, CE.

Sâmia Maria Lima dos Santos

Universidade Regional do Cariri – URCA – Crato-CE.

RESUMO: Este estudo objetiva apresentar experiências exitosas frente ao processo de intervenção realizado na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), no Atendimento Educacional Especializado (AEE), em uma escola pública regular do município de Crato-CE, tendo como foco uma educação inclusiva. No percurso metodológico, adotamos a abordagem qualitativa, e utilizamos a pesquisa-ação, nos baseando em autores como: Matos (2002), Brasil (2008), Ropoli (2010), Cunha (2016), Fávero (2007), entre outros que embasam a temática, buscando

evidenciar intervenções lúdicas e significativas que despertam o interesse dos alunos e proporcionam condições de aprendizagem, favorecendo autonomia, desenvolvimento e inclusão escolar, apesar dos desafios que são enfrentados, pois temos em vista a promoção do direito ao acesso e permanência dos alunos na escola, buscando proporcionar que todos aprendam de acordo com suas possibilidades. Assim, esperamos contribuir no processo educacional dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, apontando alguns caminhos rumo à aprendizagem a partir de uma prática lúdica e inclusiva, onde os jogos e as brincadeiras se fazem muito presentes.

PALAVRAS-CHAVE: Atendimento Educacional Especializado. Inclusão Escolar. Intervenções Significativas.

ABSTRACT: This study aims to present successful experiences in front of the intervention process carried out in the Multifunctional Resources Room (MRR), in the Specialized Educational Assistance (SEA), in a regular public school in the city of Crato-CE, focusing on inclusive education. In the methodological course, we adopted the qualitative approach, and we use action research, based on authors as: Matos (2002), Brasil (2008), Ropoli (2010), Cunha (2016), Fávero (2007), among others

that support the theme, seeking to highlight playful and meaningful interventions that arouse the interest of students and provide learning conditions, favoring autonomy, development and school inclusion, despite the challenges that are faced, because we aim to promote the right to access and stay students in school, seeking to provide that everyone learns according to their possibilities. Thus, we hope to contribute to the educational process of students with disabilities, global developmental disorders and high skills or giftedness, pointing out some paths towards learning from a playful and inclusive practice, where games and play are very present.

KEYWORDS: Specialized Educational Assistance. School inclusion. Significant Interventions.

1 | INTRODUÇÃO

No contexto educacional contemporâneo a legislação sinaliza para o ideário de uma escola inclusiva que atende indistintamente todos os educandos, preparando-os para o ensino escolar, para a vida familiar e social, independentemente de suas limitações ou necessidades educacionais. Tem como objetivo garantir a todos o direito à educação, pressupondo a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas.

Documentos relevantes como a Declaração Universal dos Direitos da Criança, a Declaração de Salamanca e a Convenção da Guatemala foram marcos importantes nesse processo em prol de uma educação inclusiva. Inicialmente, as políticas tinham caráter mais assistencialista e até discriminatório, mas outras iniciativas foram sendo progressivamente desenvolvidas e aperfeiçoadas até chegarem ao que temos na atualidade. Por meio de recorte histórico acerca dessa temática, destacaremos a seguir algumas políticas oficiais em nosso país que asseguram uma educação inclusiva para todos.

A Constituição Federal de 1988 garante a todos o direito à educação e ao acesso à escola. Apresenta como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Em seu artigo 205, define a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No inciso I do artigo 206, estabelece como um dos princípios para o ensino a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, artigo 59, publica que os sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação currículo, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades.

Em 1999, o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

De tal modo, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) vem reafirmar o direito de todos à educação no ensino regular, apresentando como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares e norteando os sistemas de ensino a possibilitar respostas às necessidades educacionais.

Nesse contexto, a escola cumpre o papel de educação inclusiva quando atende com equidade e sem preconceitos a diversidade discente, reconhecendo as especificidades de cada um e buscando a sua formação integral. De acordo com Ropoli,

A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas. [...] Para que essa escola possa se concretizar, é patente a necessidade de novos conceitos, assim como a redefinição e a aplicação de alternativas e práticas pedagógicas e educacionais compatíveis com a inclusão (ROPOLI, 2010, p. 9).

Assim, vale destacar que algumas instituições já abraçam ações nesse sentido, buscando promover mudanças na sua organização pedagógica, valorizar as diferenças e garantir a participação e o desenvolvimento de todos.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva (2008) apresenta como uma de suas inovações o Atendimento Educacional Especializado (AEE), definido como um serviço da educação especial que “[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (SEESP/MEC, 2008).

Dessa forma, o AEE se constitui como um apoio pedagógico que complementa e/ou suplementa a escolarização dos alunos público-alvo da educação especial, não substituindo o ensino regular e sim realizado concomitantemente no contra turno, pois, uma educação especial substitutiva do ensino regular é incompatível com uma política de educação inclusiva.

Esse atendimento deve funcionar nas salas de recursos multifuncionais, instaladas em escolas de ensino regular ou em um Centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública, conveniado com os Estados, Distrito Federal ou Municípios.

Conforme Fávero,

Essa modalidade deve disponibilizar um conjunto de recursos educacionais e de

estratégias de apoio aos alunos com deficiências, possibilitando-lhes diferentes alternativas de atendimento, de acordo com as necessidades de cada um (FÁVERO, 2007, p. 29).

Portanto, compete ao professor que atua no AEE avaliar, identificar e considerar as habilidades e necessidades específicas dos alunos atendidos para então construir o plano individual de atendimento educacional especializado, tendo em vista a busca por recursos e estratégias adequadas que promovam autonomia, desenvolvimento e inclusão.

Assim, a justificativa para o desenvolvimento do presente trabalho está relacionada a nossa atual experiência profissional em sala de AEE, onde nos encantamos pelo trabalho e pelos alunos que nos motivam a nos aperfeiçoarmos cada vez mais para atendermos às suas necessidades. Aos poucos fomos compreendendo seus diferentes modos de interagir e suas diferentes formas de aprender e buscando alternativas lúdicas e significativas que favorecem a aprendizagem e a integração social.

O estudo objetiva apresentar práticas significativas vivenciadas no Atendimento Educacional Especializado, desenvolvido na sala de recursos multifuncionais de uma escola pública do município de Crato-CE, em um trabalho pautado no acolhimento e no respeito, bem como na abordagem teórica que, de acordo com Zapparoli (2014, pág. 14) “[...] foca a aprendizagem nas possibilidades do sujeito, acreditando que todos têm potencial, desde que lhes sejam oferecidas oportunidades adequadas”.

2 | METODOLOGIA

Para a realização deste estudo privilegiamos a abordagem qualitativa. Tomamos como ponto de partida a revisão de literatura na área, pois o referencial teórico alimenta o pensamento do autor, traz reflexão e conhecimento acerca da temática e proporciona o desenvolvimento de ideias bem fundamentadas.

Nesse processo, consideramos o roteiro sugerido pelos documentos que norteiam o desenvolvimento do trabalho no AEE, partindo do estudo de caso à elaboração do Plano, realizado individualmente para cada aluno. Os planos de AEE definem “[...] o tipo de atendimento para o aluno, os materiais que deverão ser produzidos, a frequência do aluno ao atendimento, entre outros elementos constituintes desse plano” (ROPOLI, 2010, p. 24).

Posteriormente, através da pesquisa-ação, evidenciamos vivências exitosas frente ao processo de intervenção, tendo como foco uma educação inclusiva e lúdica. Esta fonte de pesquisa, de acordo com Matos:

[...] além da participação do pesquisador, pressupõe uma ação planejada que deverá realizar-se no decorrer da sua realização. Uma pesquisa é assim considerada quando... há por parte dos pesquisadores o interesse de não apenas verificar algo, mas de transformar (MATOS, 2002, p. 48).

Nessa perspectiva, o estudo procura apresentar práticas interventivas que acontecem no espaço do Atendimento Educacional Especializado, permeado de experiências ricas e significativas e repleto de esperança, pois acreditamos que existem possibilidades para o desenvolvimento, autonomia e inclusão de todos.

Ressaltamos que são práticas que tem como base o desenvolvimento de ações inclusivas, lúdicas e prazerosas no processo de aprendizagem. Conforme Cunha (2016, p. 11) “o que o professor precisa fazer é observar, avaliar e mediar, para que os recursos pedagógicos [...] sejam apropriados por quem ensina e para quem aprende”.

Dessa forma, a intenção é construir um currículo funcional para a vida prática, compreendendo a execução de atividades que terão reflexos na vida escolar, familiar e social do educando.

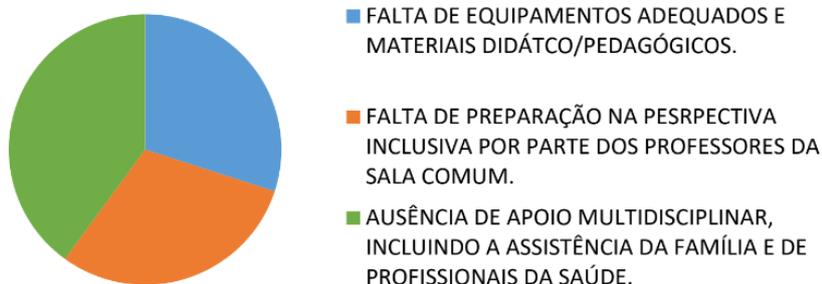
Pretendemos, portanto, instigar uma reflexão acerca de ideias pedagógicas que fundamentam uma educação inclusiva, para que em nossa prática docente possamos promover, conforme Paulo Freire, uma educação transformadora.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

As experiências no Atendimento Educacional Especializado-AEE, foram vivenciadas em uma escola municipal de Educação Básica na Cidade de Crato, estado do Ceará, onde são atendidos 14 alunos com deficiências diversas, como: Deficiência Intelectual, Transtorno do Espectro Autista e Surdez. Neste espaço foi possível realizarmos ações significativas, como também o compartilhamento de propostas favoráveis ao bom desempenho dos alunos na sala de aula regular.

Nessa conjuntura, ressaltamos que são grandes os desafios enfrentados. No entanto, o anseio por um ensino de qualidade, com foco inclusivo, é superior. Com relação aos desafios enfrentados, destacam-se os seguintes:

PRINCIPAIS DIFICULDADES VIVENCIADAS



Apesar desses desafios estamos sempre em busca de estratégias lúdicas e intervenções significativas no processo de desenvolvimento e inclusão escolar dos alunos atendidos, como por exemplo, a adequação de materiais e confecção de jogos com materiais alternativos ou de custo acessível. Em concordância com Fávero,

Os alunos com deficiência têm limitações físicas, sensoriais ou intelectuais

significativas por definição e, muitas vezes, para poderem se relacionar com o ambiente necessitam de instrumentos e apoios que os demais alunos não necessitam (FÁVERO, 2007, p. 18).

Dessarte, a escola deve acolher as diferentes maneiras de aprender e delas tirar proveito, ao invés de excluir. Tendo em vista promover uma educação inclusiva, atendendo as necessidades específicas dos educandos, “[...] o primeiro passo está na avaliação para saber quais habilidades necessitam ser conquistadas e quais aptidões básicas, motoras e acadêmicas necessitam ser desenvolvidas” (CUNHA, 2016, p. 29). A vista disso é imprescindível que o professor atue buscando auxiliar na superação das dificuldades identificadas, que impedem a conquista de habilidades essenciais para a inclusão.

É necessário priorizar a interação espontânea, estímulos afetivos e comunicativos, linguagem escrita e matemática, bem como tarefas ligadas ao seu cotidiano como higiene pessoal e alimentação, pois, conforme Ropoli,

[...] ao professor do AEE cabe complementar/suplementar a formação do aluno com conhecimentos e recursos específicos que eliminam as barreiras as quais impedem ou limitam sua participação com autonomia e independência nas turmas comuns do ensino regular (ROPOLI, 2010, p. 19).

A escola é espaço privilegiado para mobilizar esse processo e promover a formação global dos educandos. Mesmo que os alunos com grandes limitações não consigam aprender todos os conteúdos escolares, é necessário garantir o direito à convivência na escola regular e permitir que sejam bem acolhidos e tratados adequadamente, potencializando situações favoráveis à sua participação.

Logo, percebemos o quanto é imprescindível tanto os conhecimentos adquiridos na prática como os conhecimentos teóricos que dão suporte ao nosso trabalho, neste caso, ligados à proposta do AEE e à educação numa perspectiva inclusiva, tornando-se saliente a articulação do diálogo entre teoria e prática.

Além disso, é de suma importância o envolvimento entre professores da sala comum e da educação especial, bem como a comunicação entre todos os envolvidos (gestores, família e demais profissionais) para o alcance dos objetivos.

Nesse caminhar, foram surgindo novas propostas juntamente com a ideia de adequarmos a sala e favorecermos um ambiente lúdico e acolhedor. Realizamos adaptações de jogos e atividades pedagógicas, bem como novas aquisições.

Para auxiliar nesse processo de intervenção no AEE destacamos atividades lúdicas com jogos e brincadeiras, considerando as necessidades e habilidades específicas de cada aluno, pois, como afirma Zapparoli,

As atividades lúdicas possuem grandes vantagens para o trabalho com a criança com deficiência, pois estas vivenciam muitas situações de fracasso no seu dia a dia, e o uso da ludicidade pode contribuir para aliviar as pressões em relação aos seus resultados (ZAPPAROLI, 2014, p. 21).

A brincadeira, além dessa vantagem, estimula diversas habilidades na criança, como: interação, comunicação, atenção, concentração, memorização, coordenação motora, cooperação e proporciona prazer na realização das atividades propostas.

Assim, os atendimentos são divididos em três momentos, da seguinte forma: Primeiro momento: Conversa inicial sobre assuntos do dia a dia; Segundo momento: Realização de atividade lúdica ou Interação com jogos e/ou brincadeiras direcionadas; Terceiro momento: Momento livre, onde é dado à criança a oportunidade de escolher um brinquedo ou uma brincadeira cooperativa.

Nesses momentos, trabalhamos o reconhecimento da própria imagem; Atividades que desenvolvam coordenação motora fina, como: caixa de areia (percepção de traçados na realização de formas, letras, números, dentre outros), recorte e colagem; Atividades que trabalham a motricidade fina (aramados, encaixe); Brincadeiras ou músicas que exploram esquema corporal, trabalhando noções de lateralidade e adaptação de movimentos; Contações de histórias, seguidas de questionamentos para trabalhar a compreensão leitora; Trabalhos com músicas e poemas cantados, seguidos de atividades contextualizadas, explorando a identificação de letras, a escrita ou formação de palavras utilizando letras móveis; Atividades com pintura, desenho ou modelagem, trabalhando a criatividade, memória, atenção e concentração; Produção de texto oral ou escrito a partir de sequências lógicas; Utilização de sites educativos e softwares diversos; Recursos da comunicação alternativa (Sistema PECS), com alunos que apresentam dificuldades na linguagem; Atividades práticas que auxiliam no desenvolvimento da autonomia nas ações da vida diária; Atividades e jogos pedagógicos que auxiliam o desenvolvimento da comunicação, leitura e escrita de palavras, frases e textos, a partir da associação de imagens e sinais em LIBRAS com a língua portuguesa escrita, para alunos com surdez.

De tal modo, a partir dessas experiências interventivas no AEE evidenciamos avanços positivos referentes à inclusão, comunicação, percepção, atenção, autoestima e entusiasmo dos alunos. A vista disso, concordamos com o pensamento de Cunha que diz,

[...] quando há prazer no processo de ensino e aprendizagem, há ludicidade. Não importa a atividade que realizamos. O lúdico significa fazer por gosto, dar gosto ao que se faz também por obrigação [...] compreender o ser humano na complexidade do seu ser, dando-lhe condições de integrar-se ao ambiente escolar é fazê-lo crer nas suas habilidades... (CUNHA, 2016, p. 36).

Com isso, cabe aos educadores o desejo de buscar novas formas de adaptar e dinamizar os conhecimentos, propiciando uma ampla visão, um olhar sensível e propostas de um ambiente inclusivo e adequado a cada demanda.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato, as práticas escolares precisam ser aprimoradas para que as ideias de inclusão realmente aconteçam. Para atender a todos e atender melhor, é necessário que essas práticas se tornem transformadoras e viáveis para o alunado que temos, em seus diferentes níveis.

É importante que a escola, além de eliminar suas barreiras arquitetônicas e de comunicação, adote recursos adequados, materiais didáticos necessários e estratégias de acessibilidade que possibilitem a participação e o acesso aos conhecimentos.

A inclusão é um desafio, mas ao ser enfrentado adequadamente gera melhoria na qualidade da educação. Esse desafio exige trabalho, dedicação, preparação e sensibilidade, porém, proporciona inúmeros benefícios. A aprendizagem, o acolhimento, o respeito e o sucesso dos alunos são condições básicas em direção aos princípios inclusivos.

Por fim, a partir deste estudo, esperamos contribuir para uma reflexão acerca do processo de inclusão no espaço do AEE e possibilitar caminhos significativos de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão:** revista da educação especial, v.4, n1, janeiro/junho 2008. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Educação Inclusiva /** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional.- Brasília: MEC, SEB, 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei número 9394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

CUNHA, Antonio Eugênio. **Práticas Pedagógicas para a inclusão e diversidade /** Eugenio Cunha. – 6 ed. – Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.

FÁVERO, Eugenia Augusta Gonzaga. **Atendimento Educacional Especializado: Aspectos Legais e Orientação Pedagógica /** Eugênia Augusta Gonzaga Fávero, Luísa de Marillac Pantoja, Maria Teresa Eglér Mantoan.- São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

Matos Kelma Socorro Lopes de. **Pesquisa Educacional: o prazer de conhecer /** Kelma Socorro Lopes de Matos, Sofia Lerche Vieira. - 2. ed. rev. e atual. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

ORRÚ, Silvia Ester. **Para além da educação especial: avanços e desafios de uma educação inclusiva /** organização Sílvia Ester Orrú. – Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

ROPOLI, Edilene Aparecida. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva [et.al].** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

Senado Federal. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília,

2013.

ZAPPAROLI, Kelem. **Estratégias lúdicas para o ensino da criança com deficiência**/Kelem Zapparoli – 2 ed. – Rio de Janeiro: Wak Editora,2014.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Glaucia Wesselovicz - Bacharel em Administração (UNIÃO), Especialista em Logística Empresarial (SANTANA) e Especialista em Gestão de Projetos (POSITIVO), Conselheira do COMAD – Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas, Representante do PROPCD – Programa de Inclusão da Pessoas com Deficiência, Representante no Grupo de Gestores do Meio Ambiente dos Campos Gerais, Articuladora de Projetos Estratégicos do SESI para o Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial, Junior Achievement, ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável atuando a 6 anos com ações de desenvolvimento local.

Janaina Cazini - Bacharel em Administração (UEPG), Especialista em Planejamento Estratégico (IBPEX), Especialista em Educação Profissional e Tecnológica (CETIQT), Practitioner em Programação Neurolinguista (PENSARE) e Mestre em Engenharia da Produção (UTFPR) com estudo na Área de Qualidade de Vida no trabalho. Coordenadora do IEL – Instituto Evaldo Lodi dos Campos Gerais com Mais de 1000h em treinamentos in company nas Áreas de Liderança, Qualidade, Comunicação Assertiva e Diversidade, 5 anos de coordenação do PSAI – Programa Senai de Ações Inclusivas dos Campos Gerais, Consultora em Educação Executiva Sistema FIEP, Conselheira do CPCE – Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial. Co-autora do Livro Boas Práticas de Inclusão – PSAI. Organizadora da Revista Educação e Inclusão da Editora Atena.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-362-0

